



DE REIS A HOLANDA: UM DEBATE TEÓRICO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO NO BRASIL^[1]

Felipe Nunes dos Santos^[2]

Thiago Rodrigues Silame^[3]

Cite este artigo: SANTOS, Felipe Nunes Dos; SILAME, Thiago Rodrigues. De Reis a Holanda: Um debate teórico acerca da construção do estado e da nação no Brasil. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.5-23, 30 mar. 2006. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2006.

Resumo: Com o objetivo de contribuir para o conhecimento das principais implicações analíticas emergidas do estudo do Brasil como um caso no campo da sociologia política, discutimos o sistema político brasileiro sob a perspectiva da solução do problema da ordem - construção do Estado -, e em seguida, passamos à discussão da construção da nação. Discutimos o Brasil dentro do contexto Latino-americano, destacando o tipo de modernização conseguida no país e terminamos o trabalho mostrando comparações de ensaístas que trabalharam com as questões postas acima sob pontos de vista diferentes. Foram considerados, principalmente, os estudos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda sobre a formação nacional. Assim, identificamos quais foram os aspectos destacados no processo de construção do Estado e da Nação por diferentes autores do Brasil.

Palavras-Chave: Desenvolvimento-político, Mercado Político, Desenvolvimento Latino-americano, Modernização.

1. Introdução

A política brasileira vem sendo estudada por vários autores sob diversas perspectivas. Algumas delas se apropriam das idéias da Teoria do Sistema Político, outras interpretam-na sob o prisma do marxismo, algumas mais contemporâneos sob o ponto de vista weberiano. As possibilidades de análise são diversas, e a metodologia empregada na mesma também. Assim como os estudiosos do caso brasileiro, tentaremos neste artigo delimitar o caminho que será percorrido para o entendimento desta realidade particular, começando por tratá-la como um caso. A primeira questão é saber o porquê do Brasil ser considerado um estudo de caso.

O Brasil e, mais especificamente, sua organização política podem ser estudados, como já mencionado, como um estudo de caso no campo da sociologia política. O que quer dizer que na organização política do Estado podemos encontrar elementos (semelhantes ou distintos) que servem para compará-la com outros sistemas políticos. Desta forma, podemos vê-la como mais

um “tipo” de sistema existente no mundo. Sistema este que tem suas características próprias: suas perversidades e seus pontos positivos. Neles, elementos como o sistema eleitoral, o sistema partidário, a forma de governo, são vistos como enquadráveis em tipologias, e servem como ferramentas (na visão institucional) para comparar as formas de organização existentes[4].

O objetivo central das presentes reflexões é, então, o de contribuir para o conhecimento das principais implicações analíticas emergidas do estudo do Brasil como um caso no campo da sociologia política. Faremos uma breve digressão inicial sobre como o sistema político brasileiro resolveu o seu problema primeiro – (ordenação) construção do Estado -, e após passaremos a discussão da construção da nação. Discutiremos o Brasil no contexto da América Latina, o tipo de modernização empreendida aqui e terminaremos o trabalho mostrando comparações de ensaístas que trabalharam com as questões postas acima sob pontos de vista diferentes. Levaremos, principalmente em conta os estudos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda sobre a formação nacional. Assim, identificaremos quais são os aspectos destacados no processo de construção do Estado e da Nação pelos diferentes “olhares” de importantes pensadores sobre o Brasil.

As respostas a estas inquietações podem ser organizadas de diversas formas e valendo-se de diversos autores. Preferimos, e o motivo da escolha ficará claro durante nossa exposição, utilizar as noções de “desenvolvimento político” de Fábio Wanderley Reis, situar “o modo de desenvolvimento latino-americano” descrito por Alain Touraine, e discutir a “modernização” do sistema político brasileiro com olhar explicativo de Jessé de Souza e Luiz Werneck Viana.

2. O Dilema da política

A “política” pode ser entendida como a arte de governar, ou a arte/ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados. Norberto Bobbio, em uma de suas definições, fala da política como responsável por atos “como o [de] ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros” (Bobbio, 2002). Se estas são definições possíveis, fica evidente qual seria sua função (que nada mais é do que seu grande desafio). A política carrega consigo um dilema: o de organizar indivíduos que tem de conviver num mesmo espaço territorial, mesmo sendo diferentes, complexos e não harmônicos por natureza.

O desafio desta esfera é, então, o de construir instituições que ordenem o convívio estável entre os indivíduos. O sistema político tem como norte a organização de uma territorialidade (com limites geográficos definidos, jurisdição regulatória/institucional, reconhecimento internacional), um governo único e um só povo. Viver regularmente e em estabilidade é a prescrição exposta pelos autores vinculados à Teoria do Sistema Político, que segundo eles, só pode ser alcançada pela estruturação de instituições. A relação entre o Governo e os Indivíduos é que traz o ponto central desta discussão. De um lado, temos a instituição, a regra, a norma, a ordem; do outro, a autonomia, a individualidade, o interesse. Resolver este dilema é do interesse de toda sociedade.

Estas instituições a que nos referimos são expressas, em conjunto, pelo Estado. O "Leviatã", para destacar Hobbes[5], deve conter instituições suficientemente capazes de absorver as demandas dos indivíduos, e que regulem as disputas de forma a fazer do convívio algo pacífico e estabilizado. Vale dizer que autores clássicos discutem alguns pontos que podem servir de apoio para a questão de como o Estado funciona. Para Marx, o Estado é um aparato que permite a manutenção e a reprodução do status quo. Weber, porém, afirma que o Estado é um conjunto de instituições que funciona para agir coercitivamente sobre os indivíduos, e acrescenta que o monopólio da violência pelo Estado se faz pela especialização, pela burocratização. Esta não será nossa preocupação neste momento. Queremos descobrir, na verdade, a utilidade da política na sociedade sob as perspectivas apresentadas acima.

Cada sociedade irá resolver seu dilema político de maneira diferente. As condições sociais influem muito na construção de instituições para a resolução dos problemas do conflito (Melo, Anastasia, Santos, 2004). No Brasil não é diferente. Nossa sociedade, com todas as suas especificidades (heterogeneidade estrutural, cidadania incompleta, desigualdade no acesso a recursos, etc.), busca soluções e arranjos institucionais para "tentar" resolver seus dilemas.

3. Desenvolvimento político brasileiro: uma leitura através de Fábio Wanderley Reis e Alain Touraine.

A construção do Estado-Nação passa por dois processos que serão distinguidos apenas do ponto de vista analítico: o primeiro é o de construção do Estado, e o segundo é o de construção da Nação. Para ser reconhecido como legítimo, o Estado-Nação precisa ter seu limite territorial definido, ter regulado seu comércio, sua posição, ter reconhecimento por parte das outras jurisdições territoriais, e ter legitimidade de governar.

A construção do Estado refere-se à criação de um governo reconhecido e capaz de governar e à celebração do pacto entre os líderes políticos para que haja apenas um governo legítimo. A construção da nação necessita de uma comunidade básica de valores. Está em jogo a união deste povo, como solidários, mesmo que não pacificamente. Quer-se o reconhecimento dos direitos da cidadania, que se dará pela pressão popular (interessante observar que, do ponto de vista desta análise, a construção do Estado cabe às elites governantes, e a construção da Nação cabe ao povo).

"As organizações políticas de base territorial, em particular o Estado-nação de nossos dias, são organizações que se definem pela pretensão de contar com a adesão universal dos habitantes de determinado território" (Reis, 2000). Para Fábio Wanderley Reis, inicia-se aí a discussão do dilema da 'ação coletiva', que deve ser resolvido pelo Estado. Indivíduos racionais movem-se socialmente a fim de maximizar suas preferências. Buscarão maiores ganhos e menores custos. Muitas vezes, deixarão de participar do jogo político por perceberem que a produção de bens públicos poderá se dar sem a sua cooperação. Ou seja, trata-se do que Mancur Olson (1965) denominou de free riders.

Para acompanhar as etapas de resolução do dilema da ação coletiva, Reis utiliza a noção de ‘desenvolvimento político’, que “deve ser entendido como o processo de instauração e permanente expansão do ‘mercado político’ (...) tal processo supõe ou envolve a crescente expansão e fortalecimento da solidariedade de base territorial como condição para a eliminação de barreiras ao livre jogo de interesses, derivadas de outros focos de solidariedade e antagonismo” (Reis, 2000). Ou seja, trata-se da necessidade de um aumento do espaço público para a recepção das demandas sociais. Esta proposição parece surgir para dar conta do que o autor chama de ‘problema político fundamental’: “o equacionamento dos problemas que derivam da contigüidade em termos que assegurem a convivência não-beligerante de interesses diversos e de núcleos solidários particulares” (Reis, 2000).

A ampliação do mercado político será o elemento solucionador do problema que nós apresentamos como o principal ‘dilema político’. Vale a pena ressaltar o argumento que Marshall (1977) desenvolve acerca da conexão entre cidadania e classes sociais. Segundo o autor, mesmo em uma sociedade capitalista onde impera a lógica da desigualdade de recursos, é possível haver cidadania. Ou seja, tal pensador mostra-nos a diferença entre a igualdade de direitos – princípio fundamental da cidadania –, e a desigualdade de condições – resultado das diferenças de classes sociais. Acreditamos que a ampliação do mercado político, a qual nos referimos, pressupõe a conquista dos direitos civis, políticos e sociais preconizados por Marshall.

É bom que fique clara a idéia de desenvolvimento político lançada pelo autor referido: “plena vigência da solidariedade territorial, e do mercado político” (Reis, 2000). Sendo assim, Reis utiliza esta definição para distinguir os três grandes estágios no processo de desenvolvimento político, que serão úteis para entender o caso brasileiro dentro do espectro da política comparada.

O primeiro estágio é o de ‘política pré-ideológica’. Aqui, o problema da formação do Estado, da integração territorial ou de state-building tem relevância especial. O conflito se dá para constituir o pacto do Estado. Estamos falando do problema de institucionalização do poder.

“Trata-se aqui do estágio em que os núcleos de solidariedade existentes são comparativamente os mais limitados para grande proporção dos atores de alguma forma relevantes para o processo político, tendo a ver com vínculos de natureza particularística. Tais vínculos definem estreitos ‘canais’ de solidariedade ao longo dos quais se estende precariamente o ‘mercado político’ e se processa o jogo de interesses, canais estes correspondentes aos exíguos recursos de comunicação que configuram a limitada integração existente” (Reis, 2000).

O segundo estágio é o da ‘política ideológica’. O problema deste momento é o da constituição da Nação. As disputas são acerca dos direitos e da identidade dos indivíduos e grupos que constituem aquele povo. As lutas buscam a construção de uma cidadania. A mobilização social é o motor deste processo. Como o Estado já está constituído, a questão é saber como o povo que se integra em um território, com um governo, coordenado por regras e normas, se relacionará com o Estado. Onde estão seus deveres e direitos.

Tanto o processo de construção do Estado, quanto o processo de construção da nação, carregam elementos daquilo que Reis chama de "pretorianismo". Tal fato pode se dar por diversos motivos, dentre eles (1) o da não aceitação das regras do "mercado político" por parte dos atores sociais e políticos ou a pouca abrangência do "mercado" em termos de reconhecimento de direitos (civis, políticos e sociais) – como ressalta Reis (2000); e (2) o do processo de modernização tendo como resultado instabilidades políticas, como trabalhado por Huntington (1975).

A terceira e última fase é a da 'política pós-ideológica', que é caracterizada pela superação do "pretorianismo" através do alcance do momento cívico. Trata-se de uma ampliação da "esfera pública" onde os atores políticos e sociais reconhecem as regras do mercado político e consideram-nas legítimas. Há um alto grau de inclusão e de participação política. Ela "corresponde à vigência do que designamos antes pela expressão 'solidariedade territorial plena', envolvendo o cumprimento cabal do processo de mobilização e integração territorial e a ausência de focos internos de solidariedade capazes de competir com a própria sociedade pela lealdade dos atores, com a igualdade e a 'intercambialidade' destes levadas a um grau máximo" (Reis, 2000). A sociedade consegue constituir instituições tão fortes, do ponto de vista cívico, que, nesta fase, toda e qualquer disputa é absorvida pelo processo[6].

Apresentados estes três estágios, podemos classificar o Brasil, em relação ao seu sistema político, no momento ideológico. Temos um Estado constituído, mas não acabamos ainda de resolver o problema da construção da nação. Há discriminação, problemas sociais, direitos não respeitados e desigualdades políticas e cívicas evidentes. Alguns dos direitos civis, políticos e sociais ainda não estão garantidos à grupos específicos da população brasileira. Exemplos disso podem ser observados utilizando os dados obtidos pelo IDH do Brasil. Tal índice tem como pressuposto que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Atualmente, o IDH de nosso país é de 0,792 o que coloca o Brasil entre os países de médio desenvolvimento humano[7].

Fábio Wanderley Reis resume então que:

"a política é interesse, é jogo de interesse; mas jogo de interesse que supõe marcos solidários; desenvolvimento político é a eliminação das barreiras de qualquer tipo ao estrito jogo de interesses, o que implica a expansão da solidariedade; (...) desenvolvimento político é a expansão tanto do 'puro' jogo de interesses quanto da solidariedade. Assim, o que há de especificamente 'subdesenvolvido' na política clientelista, em geral, e no arranjo coronelista brasileiro, em particular, não é o fato de que o processo político assuma aí as características de barganha e de jogo pragmático de interesses, mas antes o fato de que tal jogo se dê de forma restrita a determinados canais que significam limitações ao mercado político" (Reis, 2000).

O argumento de Reis (2000) merece, ainda, um adendo importante. Os autores deste trabalho acreditam que é fundamental entender o conceito de "desenvolvimento político", especificamente, para o Brasil, inserido no contexto latino-americano. Desta forma, o conceito de 'modo de desenvolvimento latino-americano' de Alain Touraine serve-nos como referência.

Em seu texto *Palavra e Sangue*, Touraine mostra os pontos negativos[8] e os pontos positivos[9] que se combinaram e fizeram da América Latina um continente particular quanto ao seu desenvolvimento – sociedade industrial com formação de capitalismo dependente. Quatro são os elementos, para o autor, que identificam esta particularidade: (1) capitalismo limitado e dependente, (2) alta capacidade de investimento (3) heterogeneidade estrutural – a sociedade é dual, combinando elementos da ordem tradicional e moderna, e (4) grande participação político-cultural urbana – a mobilização social é intensa, a migração ocorre de forma descontrolada, a ida para as cidades (êxodo-rural) foi um marco, e a população recebeu precocemente os direitos políticos. Assim, a idéia de que existe um modo de desenvolvimento latino-americano não constitui uma generalização histórica, ela exprime uma hipótese geral; as condutas dos atores sociais não podem ser explicadas por uma lógica externa, por valores culturais, nem por um caráter nacional, “essas condutas manifestam as orientações e as tensões internas de um tipo específico de desenvolvimento, de um modelo definido pela interação de características sociais e econômicas, das quais umas são favoráveis e outras desfavoráveis ao desenvolvimento” (Touraine, 1989).

Touraine continua seu texto diferenciando, primeiro, os conceitos de Modo de desenvolvimento e de Modernização. Para ele, esta última representa “tendências que levam à passagem da sociedade tradicional à moderna e que transformam a organização social, diferenciando-a, racionalizando-a, secularizando-a”. Desenvolvimento político, porém, quer dizer da “passagem de um tipo de sociedade a um outro, o que supõe que cada um desses tipos seja definido não por um nível de modernização, mas por um conjunto de características específicas que nos fazem falar, por exemplo, de sociedade industrial ou mercantil” (Touraine, 1989).

Segundo o autor, na América Latina, as elites políticas não são ou não têm identidades culturais ou de classe. Tais elites têm identidades sócio-políticas[10]. As classes sociais e os atores políticos na América Latina são instituições fracas. Um bom exemplo, para o caso brasileiro, é a baixa identificação que os atores sociais têm perante os partidos. Os eleitores não conseguem identificar e punir seus representantes devido, principalmente, à intensa migração partidária (Melo, 2004).

Em nosso continente, o modo de desenvolvimento está muito associado ao modo ‘pós-colonial e dependente’. Touraine, em uma análise do processo de construção de nosso Estado nacional, vê: fragilidade dos atores de classe (não há classes bem definidas, os grupos têm pouca capacidade política); atores que participam da política por desfrutarem de privilégios; mobilidade (os atores se situam muito mais pela sua trajetória, por sua história de vida, do que por pertencimento a um grupo, ou por seu status); e predominância das categorias políticas (sobre as categorias sociais).

Por fim, utilizando esta análise para compreender o contexto do pós-88, pode-se afirmar que o Brasil apresenta um desenvolvimento político incompleto – por não expandir satisfatoriamente o mercado político e, conseqüentemente, não garantindo todos os direitos legítimos aos cidadãos, e nem por conseguir superar as contradições inerentes ao seu modo de desenvolvimento, ou seja, ainda vigora um quadro preocupante de desigualdades sociais e pobreza –

apesar de ter como uma de suas características um conjunto de instituições políticas estáveis – um sistema que funciona razoavelmente bem.

4. Modernização brasileira: as particularidades apresentadas por Jessé de Souza e Luiz Werneck Viana

Falta-nos, ainda, discutir a questão da modernização do sistema político brasileiro na perspectiva que nos propusemos a adotar. O termo modernização já foi mencionado neste trabalho, considerando a análise de Alain Touraine. Mas a forma como ele será usado agora é um pouco distinta. Tratamos de discutir a questão do atraso brasileiro[11] e suas conseqüências. Usaremos, para isto, as considerações de Luiz Werneck Vianna e de Jessé de Souza. Estes dois autores serão inseridos na discussão com suas contribuições sobre as interpretações da construção do Estado e da Nação brasileiros sob o ponto de vista weberiano.

Segundo Vianna, o Weber que hoje predomina nos estudos em Ciências Sociais é aquele que julga nosso atraso como fruto de um problema de origem histórica, por decorrência da colônia de exploração que fomos. O conceito para denotar esta característica da formação histórica do Brasil será o de ‘patrimonialismo ibérico’. Desse legado, ou por causa dele, teríamos um Estado que inibe a livre iniciativa dos indivíduos e que sobrepõe a racionalidade burocrática à racional-legal[12]. Segundo o autor, o nosso país teria sofrido muito pela ausência de uma fase de desenvolvimento denominado feudalismo. Assim, nosso Estado se assemelha muito ao Estado patrimonial tradicional na política oriental, onde os setores público e privado se misturam. Podemos perceber neste argumento um dos motivos que restringe o acesso ao “mercado político” já salientado por Reis (2000). A elite política brasileira confunde as noções de público e privado não possibilitando que o princípio da igualdade política seja garantida. O que queremos chamar a atenção com esta observação é para a idéia de que somente aqueles que são “autorizados” por tal elite têm direito a uma cidadania de fato.

Também importante é o argumento de Faoro. Este autor revisita Max Weber e afirma que só as nações que passaram pelo feudalismo conseguiram adotar o capitalismo onde sociedade e Estado estão integrados (Vianna, 1999). O Brasil seria, então, um caso contrário no ocidente. Nosso Estado não se direciona ao “público”, não defende os interesses dos indivíduos; mas serve aos próprios dirigentes da máquina pública. Para Vianna, o capitalismo brasileiro tem uma modernização sem quebra com o passado patrimonial, o que gera uma reprodução do sistema e das desigualdades sociais, já que os detentores de poder político (que são os únicos, por estarem no Estado, capazes de modificar o status quo) continuam sendo a elite dirigente[13] e governam em benefício próprio.

Ressaltamos duas implicações principais de tal característica: (1) por não assegurar todas as garantias as quais os cidadãos têm direito o Estado perde legitimidade perante a comunidade que lhe constitui; e (2) apesar da garantia legal do princípio da isonomia, percebe-se que não há uma cidadania plena.

“O Estado Neopatrimonial, ao restringir a livre manifestação dos interesses, e ao dificultar, com suas práticas de cooptação, a sua agregação em termos sindicais e, principalmente, políticos, favoreceria, assim, a preservação das desigualdades sociais arraigadas no país” (Vianna, 1999). Para superar o regime vigente, precisaríamos de uma reforma política que abrisse o Estado para receber os diversos interesses sociais (maior representação). A mudança deve se dar no plano da modificação institucional, para Vianna. Só assim a geração de instituições modernas por completo seria capaz de absorver as demandas sociais e aumentar a dinâmica política, resultando numa maior igualdade política entre os atores. O Estado se apresenta como agente da modernização conservadora no Brasil. As elites políticas cooptam novas elites, fazendo do Estado a sua “casa” e, assim, evitando processos convulsivos na sociedade. A idéia de revolução passiva está relacionada com esta dinâmica. “Sobretudo, aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a conservação, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrario - a revolução”. (Vianna, 1997). Parece-nos claro que o aumento relativo que se dá do “mercado político” é decorrente de um consentimento das elites políticas que inviabilizam, obviamente, a conquista de direitos por mobilização social.

O autor conclui então que “o moderno não veio a encantar o mundo dos brasileiros, pondo-os em um faroeste idílico propício à livre iniciativa e à realização de trajetórias individuais venturosas, e sim a racionalizar a sua vida a partir de valores de mercado, como, aliás, seria de esperar de uma previsão weberiana” (Vianna, 1999).

Jessé de Souza também se apropria de Weber para dissertar sobre a questão posta acima. Ele atribui o atraso brasileiro ao fato do não rompimento com os aspectos tradicionais e patrimoniais da sociedade. “Faltou” ao Brasil o “protestante ascético” e “sobrou” o “homem cordial”, não existiu e não existe no Brasil um quadro normativo de conduta de ação que valorize o trabalho e faça com que progressivamente ocorra a racionalização. A nossa colonização foi baseada no catolicismo, que permitia a todos serem salvos, mas que hierarquizava os seus membros. O catolicismo não permitiu o surgimento de um quadro moral e cognoscível que possibilitasse ao “homem cordial” se emancipar das amarras da tradição.

O ator weberiano dá sentido à sua ação, sua vida, através do trabalho, ou seja, a racionalidade ocidental tem sua especificidade porque consegue dar ênfase à ética, e não ao ritual. O desafio da religião é o de transformar a ética numa lei prática e cotidiana do mundo, e não num ideal eventual ou ocasional. Para Jessé de Souza, o calvinismo é a prática religiosa que mais consegue cumprir este objetivo, pois ele termina com a mediação sacerdotal entre o Deus e o homem. Agora, o homem está sozinho na busca de sua salvação. Ele precisa ter esta certeza. Como dissemos, esta será alcançada com o labor do indivíduo que acaba por se tornar um trabalhador por obrigação. A vida na Terra é o único meio que o ator encontrou para aumentar sua chance de ser salvo (cálculo racional da salvação). Toda ação do indivíduo protestante ascético é então dirigida e conduzida na tentativa de racionalizar sua vida sob um único valor: o trabalho.

O capitalismo e o espírito religioso ocidental moderno se encaixam perfeitamente. Só no ocidente se conseguiu fazer tal revolução na consciência dos indivíduos. Assim, Jessé de Souza acaba por apontar, na sociedade brasileira, traços que nos fazem tradicionais ao mesmo tempo em que modernos.

5. Os ensaios sobre o Brasil: perspectiva da política comparada

Depois de concluída nossa primeira empreitada pretendemos ilustrar através dos trabalhos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda como vários elementos apresentados por estes autores ajudaram a compor o quadro analítico apresentado acima.

O ensaísmo é considerado uma teoria geral sobre o todo. É um tipo de interpretação da realidade que busca identificar princípios de articulação do conjunto das relações sociais, em geral, enfatiza-se uma dimensão da dinâmica social (ou política, ou econômica, ou cultural). A concepção ensaística não pode ser comprovada empiricamente, pois não estamos tratando de hipóteses, mas de afirmações gerais sobre a realidade. É o que gostaríamos de classificar como um verdadeiro vôo de águia.

A base européia de nossa produção acadêmica se torna visível ao analisarmos os ensaístas. Principalmente, as idéias de Marx e Weber. Neste trabalho optamos por comparar Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, pelas contradições interessantes verificadas em suas visões sobre o Brasil.

Gilberto Freyre é o ensaísta brasileiro da década de 30 denominado um dos ‘descobridores do Brasil’ por José Carlos Reis. É o autor que acredita que o encontro das raças no Brasil foi um fator positivo. É um otimista em relação ao nosso povo e nossa cultura. Além de ser o autor de um dos livros mais editados do Brasil, *Casa Grande & Senzala*, Freyre é muito reconhecido em todo o mundo. Ele é o autor que tenta dissertar sobre grandes teses. O pernambucano olha o homem brasileiro e enxerga um indivíduo miscigenado. Esta imagem, à primeira vista, não lhe agrada, parece-lhe a imagem de um ser doente, inferior. Esta primeira impressão o faz estudar o país que nasceu na tentativa de responder a questão: Será que foi o negro vindo da África que causou o atraso no Brasil?

Passemos, então, à apresentação das teses expostas no livro *Casa Grande & Senzala* para entendermos um pouco mais sobre o que pensa o ensaísta brasileiro. Todas as informações devem ser analisadas sob o ponto de vista da época e contexto em que foram produzidas. Elas dizem respeito ao passado colonial brasileiro.

A primeira discussão proposta por Freyre é de saber como as três raças existentes no país colonial se encontraram. Segundo ele, o clima criado pelos portugueses era de uma democracia racial, de uma harmonia, solidariedade, generosidade, tudo isso viabilizado pela miscigenação. O Brasil foi o palco da ‘democratização racial’, segundo o autor. Os portugueses, sempre dispostos, se faziam com as negras e com as índias. As crianças de raças diferentes brincavam juntas. A Casa Grande era o palco de relações complexas de crueldade, mas também de desejo e amor. Este caráter democrático português, segundo ele, acabou por explicar também porque os

portugueses aceitaram a miscigenação sendo que já haviam conquistado o território militarmente. Sempre houve uma ‘predisposição psicofisiológica’ do português, pois tem em sua origem a miscigenação de europeus, africanos, judeus e mouros.

O local de encontro e integração entre as raças se dá na Casa Grande. Freyre é o autor das intimidades e do cotidiano de portugueses, negros e índios. A Casa Grande, completada pela Senzala, representa um sistema político, econômico e social: a monocultura escravista, o patriarcalismo católico e polígamo. Foi a iniciativa privada que promoveu a mistura das raças, a agricultura latifundiária e a escravidão, o que tornou possível a consolidação e o desenvolvimento de uma grande colônia agrícola nos trópicos (Carlos Reis, 1999).

A respeito deste pensamento dois são os comentários pertinentes: (1) Freyre percebe que o desenvolvimento brasileiro se dá de forma atípica e peculiar devido à influência dos trópicos sobre as instituições formuladas. Podemos perceber a mesma preocupação na obra de Tournai quando propõe uma metodologia de análise que também considera singular o modo de desenvolvimento brasileiro. Contudo, vale ressaltar, que este autor enfatiza as características da sociedade moderna, enquanto Freyre está preocupado com as transformações do universo colonial. (2) Diferentemente do que Freyre esperava, a “democracia racial” não se configurou numa democracia social, ou seja, a tão badalada integração racial que Freyre apontava como positiva e capaz de construir um país diferente na ordem mundial não se efetivou no desenvolvimento político como apontado por Reis (2000). Os marginalizados do período colonial, continuam sendo “excluídos” no século XXI.

Outro pensador relevante é Sérgio Buarque de Holanda, autor de *Raízes do Brasil*. Também escritor da década de 30, foi escolhido por nós para fazer parte deste trabalho por se opor às concepções analíticas de Gilberto Freyre. Sérgio Buarque criticará a “civilização lusotropical”, lembrando-nos que o português é o sementeiro e não o ladrilhador. Nossa colonização não foi planejada, portanto, não poderia existir um projeto de civilização. Uma nação nos trópicos impedia o Brasil de se tornar uma civilização moderna, segundo tal autor.

Ele nos apresenta o “homem cordial”. Aquele que tem dificuldades de se tornar moderno e que se utiliza das relações pessoais para se beneficiar privadamente. Vale ressaltar que para Holanda, idealmente “o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição”. (Holanda, 2002).

Relações patrimoniais e patriarcais marcam a sociedade brasileira, onde o homem cordial desenvolverá seus mecanismos de navegação social. Sobre o Brasil, o autor diz que: “(...) onde imperou, desde os tempos mais remotos, o tipo primitivo de família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização (...) ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje”. (Holanda, 2002). O desequilíbrio que Sérgio Buarque aponta é justamente a confusão entre os domínios do público e do privado e a existência do funcionário patrimonial, ou seja, aquele funcionário que vê a gestão pública como assunto do seu interesse particular.

Percebe-se a importância do conceito de “Homem cordial” para entender o contexto de desenvolvimento brasileiro: em contraste com o protestante ascético que esteve presente no desenvolvimento político e econômico dos EUA, que se apoiava em um ethos racional e democrático, o “homem cordial” típico nas ordens tradicionais, fez com que imperasse no Brasil uma ordem pessoal, patrimonialista e clientelista. Percebemos que tais conceitos serviram de base para as análises weberianas empreendidas por Viana e Souza acerca da modernização brasileira. Vale analisar este argumento tendo em vista os pressupostos apresentados por Weber para a modernidade. Neste novo contexto não existe mais espaço para o patrimonialismo. Ela é o locus do burocrata movido por interesses objetivos, racionais e que trata a todos como iguais, pois sua ordenação é impessoal. Mesmo assim, acreditamos que o Brasil convive, ainda hoje, com um híbrido entre o tradicionalismo e a modernidade – instituições modernas convivem com “práticas cordiais”. O mais notório exemplo para este caso é o da utilização pelos representantes políticos da máquina pública visando extrair desta posição privilegiada benefícios privados[14].

6. Considerações finais

Entender o processo histórico e social em que se deu a formação do Estado-Nacional brasileiro é, segundo a opinião dos signatários deste artigo, fundamental para se compreender o contexto sócio-político-cultural atual de nosso país. Não se pode fazer inferências ou hipóteses sobre o sistema político brasileiro e/ou sua cultura no pós-88 deixando de lado os traços principais que marcaram nossa história política. Todos os problemas sociais, econômicos e políticos do país devem ser pensados sob a luz de nossas especificidades.

Tendo em vista tal pressuposto, tentamos enriquecer o debate sobre o tema mostrando como o desenvolvimento político brasileiro se deu em um contexto marcado por especificidades. Nossa posição geográfica é o primeiro fator condicionante. O fato de toda América Latina ter sido colônia de exploração fez com que surgisse um modo de desenvolvimento peculiar. As condições sociais advindas desse modelo reproduzem um status social de imensa desigualdade e pobreza dificultando o incremento de valores democráticos em nossas culturas.

Outro fator a ser destacado é a modernização incompleta pela qual passou o Brasil. Elementos tradicionais e modernos convivem dando à nossa realidade um aspecto não-republicano no sentido em que privilegia setores específicos de nossa sociedade e não aplica literalmente o princípio de isonomia.

A partir destas características definimos o Estado brasileiro como uma instituição que foi capaz de promover uma solidariedade territorial plena, que se encontra no estágio ideológico de busca de direitos e que carrega consigo características pretorianas e patrimonialistas. E, portanto, tem dificuldades de solucionar os problemas relacionados, principalmente, a inclusão de fato de seus cidadãos. Temos um Estado de fato mas uma nação apenas de direito. Como já afirmava Wanderley Guilherme dos Santos:

“uma das principais fontes de dificuldades governativas encontra-se justamente no híbrido institucional que associa uma morfologia poliárquica, excessivamente legisladora e regulatória, à um hobbessianismo social pré-participatório e estatofóbico” (Santos, 1993). 

NOTAS

[1] Este artigo foi exposto como Painel no XIIº Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Gostaríamos de agradecer a revisão feita por Gabriela Chaves Moraes, Fátima Anastasia e Vera Alice Cardoso.

[2] Felipe Nunes dos Santos: Graduando do 7º período do curso de Ciências Sociais. Bolsista PAD/UFMG. Política Brasileira - Política Comparada - Instituições - Estudos Legislativos - Metodologia Quantitativa. "Associativismo Civil e Participação Política na Região Metropolitana de Belo Horizonte" In: Teoria e Sociedade número especial do BHsurvey. "Participação política, escolaridade, renda e Informação: variáveis dependentes e independentes" In: Seminário sobre participação, democracia e juventude & publicado em www.agoragroup.com.br. "Participação Política na região metropolitana de Belo Horizonte" In: Seminário de Desenvolvimento Regional do Nordeste, UFPE.

[3] Thiago Rodrigues Silame: Graduando do 7º período do curso de Ciências Sociais. Política Brasileira - Política Comparada - Instituições - Estudos Legislativos.

[4] O trabalho aqui proposto não tem como objetivo comparar os sistemas partidários, eleitorais, etc; nem os países em relação ao Brasil. Só estamos exemplificando quais tipos de instituições os autores e estudiosos da corrente em questão utilizam para realizar estudos de caso. Firmaremos a discussão na demonstração das especificidades brasileiras nos processos de construção do Estado e da Nação.

[5] Ver em "O Leviatã", obra clássica de Thomas Hobbes.

[6] Na vida prática, foram as democracias liberais que conseguiram dar conta deste grau de desenvolvimento. É o pluralismo fundado no princípio da liberdade e da competitividade política que representa a 'política pós-ideológica' nos dias de hoje. O que, necessariamente, não quer dizer que será a única fórmula a surgir.

[7] O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (PNUD, 2005).

[8] Seriam eles: dependência econômica em relação ao exterior, capitalismo limitado, grande setor informal, o setor de serviços desenvolvendo-se mais rapidamente que a produção de bens, bancos prosperando mais que empresas industriais, crescimento econômico não integrador da sociedade nem diminuidor das desigualdades, e ricos não investindo seus capitais de maneira produtiva.

[9] Seriam eles: período de crescimento econômico superior ao europeu, produção industrial brasileira já representada por uma parte importante do PIB, taxas de natalidade e mortalidade – nas últimas décadas – menores, melhorias no saneamento básico, no fornecimento de água potável e de luz elétrica, e melhores taxas de escolaridade.

[10] O que Touraine quer dizer quando fala de atores sócio-políticos (em contrapartida com sócio-econômicos) é que o que os motiva é ter o poder de formulação política (de criar ou reformar instituições). Atores como os militares e os intelectuais que querem ter o poder de dizer o que vai ser o governo, como vai ser, e pra quem.

[11] Utilizaremos tal expressão nos referindo a não capacidade de se alcançar uma modernidade por completo (sentido weberiano). O uso deste termo é polêmico em muitos trabalhos. Dentre

eles, citamos Vianna Moog, que relativiza nosso atraso comparando-o com o caso norte-americano.

[12] Entendemos o conceito de Racional-legal pela existência de preceitos legais do Estado democrático de direito mas que tais preceitos não se efetivam de fato.

[13] Para citar Alain Touraine.

[14] Ver mais sobre o assunto em Da Matta, Roberto. "Carnavais, malandros e heróis". Rio de Janeiro, Zahar: 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIA, F.; MELO, C. R.; SANTOS, F. **Governabilidade e Representação Política na América do Sul**. Rio de Janeiro, Fundação Konrad-Adenauer, 2004.

Política. In: BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 2 ed. Brasília: UNB, 2002.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras: 2002.

HUNTINGTON, S. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo, Forense, 1975.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

MELO, C. R. **Retirando as cadeiras do lugar**. Belo Horizonte, UFMG, 2004.

OLSON, M. . **The logic of collective action**. New York, Schocken Books, 1965.

REIS, F. W. **Mercado e Utopia**. São Paulo, Edusp, 2000.

REIS, Fábio Wanderley. **Autoritarismo e Democracia na República Brasileira**. Cadernos DCP, 8 / Revista do Departamento de História, 10. Editora UFMG: 1990.

REIS, J. C. . **Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. São Paulo, FGV, 1999.

SANTOS, W. G. dos. **As razões da desordem**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SCHWARTZMAN, S. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SOUZA, J. de (Org.). **O malandro e o Protestante**. Brasília, UNB, 1999.

STEIN, S. e STEIN, B. **A herança colonial na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

TOURAINÉ, A. **Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina**. São Paulo: Trajetória Cultural / Unicamp, 1989.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva. Iberianismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.